

# DEPOIS DA PAZ, A GUERRA

**A**s eleições que se cumpriram em 15 de novembro representam um importante evento na história política do país. São as primeiras após dobrar-se o "cabo das Tormentas" do autoritarismo, e revelam, pela exígua abstenção quase sem paralelo no mundo contemporâneo, que votou-se menos pela obrigatoriedade e mais pelo que significam simbolicamente: o desejo e a convicção de que o caminho da Nação é o democrático, e que este é a forma privilegiada para as mudanças, reformas e transformações. Ao lado da insignificante abstenção, a expressividade dos votos em branco e nulos, principalmente na votação dos constituintes, mostra, por outro lado, que a coincidência das eleições desfigurou a Constituinte como questão principal. Este resultado, que deve ser debitado ao consenso conservador muito amplo que se formou entre o Planalto e os dois partidos sustentáculos da Nova República, não é nada alvissareiro para a construção democrática. Menos pelo que é óbvio, isto é, a importância dos debates constituintes e da futura Constituição, e mais pelo que é menos óbvio: o reforço de uma cultura política que vê no Executivo a capacidade mágica de resolver todos os problemas, em detrimento do papel das instituições e organizações propriamente políticas, tais como os partidos e a representação parlamentar, verdadeiras instâncias mediadoras das relações entre governantes e governados. É a sociedade quem perde com isso. Tal resultado pode contribuir para reforçar a impotência e o isolamento do que se tem chamado a "classe política", abrindo-se para virtualidades de oligarquização da política, ponto nevrálgico da debilidade das instituições republicanas.

A questão crucial da futura Constituinte é o embate entre as forças políticas que tentam a regulação política da economia e as forças que se opõem à mesma, beneficiárias que foram da quase total desregulação promovida pelo regime autoritário. Essa questão já é a central no capitalismo desenvolvido desde as primeiras décadas do século, e não são de outro teor os avanços registrados no Estado do Bem-Estar e o privilegiamento pela social-democracia do controle político do mercado, pondo o acento na distribuição social. A esse respeito, como em tantos outros, revela-se entre nós o anacronismo das relações entre economia e política, de que o "capitalismo selvagem" é a expressão mais bárbara (e aqui o termo tem mesmo o sentido vulgar, posto que a antropologia já revelou que as chamadas "sociedades primitivas" são as mais reguladas, pelo que se pede perdão aos "selvagens"). O

irônico, talvez mais que isto, o trágico, é que esse anacronismo nacional recebe o batismo de "moderno" pelo reforço que vem agora de alguns principais países do capitalismo desenvolvido, nas versões neoliberais, *rational choice*, e pela prática liderada pelo *cowboy* fajuto e septuagenário.

O voto dado em 15 de novembro foi inequivocamente um pleito em prol da regulação política da economia. Desde a autodeclaração de quase todos os candidatos em favor das questões e políticas sociais, passando pelos hoje eleitos governadores — quase todos autodefiniram-se como de "centro-esquerda" e até a *bête noire* Maluf declarou ter feito uma "opção pelos pobres", e ria-se com um barulho desses — até a influência do Plano Cruzado em favor de quantos assumiram sua defesa, o voto popular pede, reclama, reivindica e indica um caminho de modernidade em que se nega a autonomia do mercado no traçar o destino das classes e grupos sociais.

O PMDB como grande vitorioso das eleições sai com um mandato claro no sentido apontado. É evidente, sem nenhum *parti-pris*, que a heterogeneidade do grande partido complica extraordinariamente sua passagem de um partido que se construiu na resistência para um partido mandatário. A altíssima *mélange* dos antigos oposicionistas com "ratos que abandonaram o barco" do autoritarismo, num mesmo partido, freia a linha da ruptura em benefício da linha da continuidade. O PMDB tende — o que é só uma virtualidade — a incorporar a mal-fadada herança brasileira do ensimesmamento oligárquico e do consenso pelo alto, resumida na cínica fórmula do PSD de que "fora do Governo não há salvação". Os resultados das urnas devem ser interpretados como a indicação de que comportamento do partido amplamente vitorioso rejeita aquele estilo.

O presidente Ulysses Guimarães declarou que havia-se ganho a guerra, e o importante agora é não perder a paz. Com o respeito que o Senhor Diretas merece, não apenas pelo que representa, mas pelo que conhece dos meandros da política, da arte do "navegar é preciso" tão de seu gosto, cabe dizer que o que se ganhou foi a paz, e o que se abre é a guerra sem tréguas contra a pobreza e a exclusão social e política. Invertendo Fernando Pessoa, de quem Ulysses é declarado cultor, o tempo agora é do "viver é preciso". O impulso e a vontade popular não podem estiolar-se nas querelas brasilienses, sob pena de a democracia formal transformar-se num excremento servido a quem votou nela, por ela e para ela.